

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços - SEDEIS
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Certidão de Inteiro Teor

Fotocópia de Processo

Documento emitido pela Internet



Dados da Empresa

Nome Empresarial

BRASIL TELECOM S/A

NIRE

333.0029520-8

Número do Protocolo

00-2012/011006-7



Último Arquivamento

Número

ED330002941001

Data

10/01/2012

Dados da Certidão

Data da Expedição

13/01/2012

Hora da Expedição

10:27.00

Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C nº32 de 11/09/2001 - Art.2º.

Art 1º . Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

Validação da Certidão: www.jucerja.rj.gov.br - Opção: Serviços >> Consulta Certidão Online .

00-2011/456699-2

29 dez 2011 16:10

Guia: 100277625

JUCERJA

3330029520-8

Atos: 981

BRASIL TELECOM S/A

Cumprir a exigência no
mesmo local da entrada.
ULT. ARQ.: ED330002963000Junta » Calculado: 397,00
DNRC » Calculado: 0,00
22/12/2011 980Pago: 397,00
Pago: 0,00.

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

11/456699-2

26 dez 2011 15:34

Guia: 100277625

JA

606R-4

Atos: 981

ELECOM S/A

Exigência no
mesmo local da entrada.Junta » Calculado: 397,00
DNRC » Calculado: 0,00Pago: 397,00
Pago: 0,00

1 - REQUERIMENTO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NC



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: BRASIL TELECOM S/A

Nire: 33.3.0029520-8

Protocolo: 00-2011/456699-2 - 26/12/2011

re:

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM
E DATA ABAIXO. 06/01/2012. E O REGISTRO SOB O NÚMEROED33000294-1/001
DATA: 09/01/2012Valéria S. M. Serra
SECRETÁRIA GERALTO INSTRUMENTO
PARTICULAR DE 1º ADITAMENTO A
ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBENTURAS

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome:

JOÃO JOSÉ MURTADO AFONSO

Assinatura:

Despachante Documentalista

Telefone de contato:

CRDD/RJ nº 00256

Local

Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM☐ SIMProcesso em ordem.
A decisão.

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☒ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.☐ Processo indeferido. Publique-se.

04.01.2012

Data

Presidente da

Vogal

Turma

João Bosco Lopes
VOGAL JUCERJA
MAT. 00025

Rubens Branco da Silva

Vogal - JUCERJA

Matricula 382-2

Vogal

Wagner J. R. Ferreira

Vogal
Matr. 294-8

OBSERVAÇÕES:

Fls 02/13

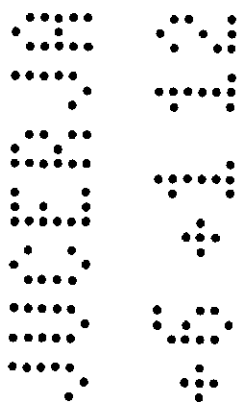
INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA OITAVA EMISSÃO DA BRASIL TELECOM S.A.

CELEBRADA ENTRE

BRASIL TELECOM S.A.
como Emissora;

E

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**
como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas



DATA
23 DE DEZEMBRO DE 2011



00065959



042

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA OITAVA EMISSÃO DA BRASIL TELECOM S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado,

- (i) **BRASIL TELECOM S.A.**, sociedade anônima com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Polidoro, 99 - 5º andar, parte, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ/MF") sob o n.º 76.535.764/0001-43, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Companhia" ou "Emissora"); e
- (ii) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das América nº 500, Bloco 13, Grupo 205 – Condomínio Downtown – Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário" e, em conjunto com a Emissora, "Partes"), representando os adquirentes das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, emitidas em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da oitava emissão da Companhia ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente),

Considerando que, em 16 de dezembro de 2011, foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Oitava Emissão da Brasil Telecom S.A." ("Escritura de Emissão");

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar o "Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Oitava Emissão da Brasil Telecom S.A." ("Aditamento"), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

1.1. O presente Aditamento é celebrado conforme as Cláusulas 6.9, 6.10, 6.11 e 6.12.3 da Escritura de Emissão, sendo dispensada (a) a realização de Assembleia Geral de Debenturistas, e (b) a realização de Reunião do Conselho de Administração, tendo em vista que não houve a efetiva subscrição e integralização das Debêntures da Emissora para a sua realização.



[Assinatura manuscrita]



[Assinatura manuscrita]

05 R

CLÁUSULA II AVERBAÇÃO DO ADITAMENTO

2.1. Este Aditamento será arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, conforme disposto no inciso II da Cláusula 2.1 da Escritura de Emissão e no artigo 62, §3º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA III RETIFICAÇÕES

3.1. O presente Aditamento tem como objetivos: (i) determinar a Data de Emissão das Debêntures; (ii) determinar a Data de Vencimento das Debêntures; (iii) determinar as datas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures; (iv) determinar as datas de pagamento da Remuneração das Debêntures; (v) alterar a Cláusula 8 da Escritura de Emissão; e (vi) referenciar, para todas as demais Cláusulas da Escritura de Emissão como sendo a data determinada por este Aditamento.

3.2. Para tanto, as Partes resolvem alterar as seguintes Cláusulas da Escritura de Emissão.

3.2.1. Alterar a Cláusula 6.9 da Escritura de Emissão para determinar a Data de Emissão das Debêntures, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"6.9. Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 28 de dezembro de 2011. ("Data de Emissão")"

3.2.2. Alterar a Cláusula 6.10 da Escritura de Emissão para determinar a Data de Vencimento das Debêntures, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

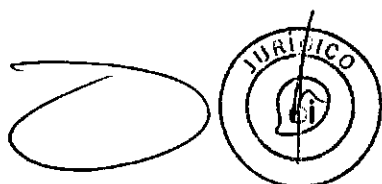
"6.10. Prazo e Data de Vencimento. Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 28 de dezembro de 2018 ("Data de Vencimento")."

3.2.3. Alterar a Cláusula 6.11 da Escritura de Emissão para determinar as datas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"6.11. Amortização do Valor Nominal Unitário. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago em três parcelas



00065959



all.
h

anuais e consecutivas, nas datas de pagamento da Remuneração relativas ao 60º (sexagésimo) mês, ao 72º (septuagésimo segundo) mês e à Data de Vencimento, respectivamente, conforme tabela abaixo.

Data de Pagamento	Percentual do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado
28/12/2016	33,3333%
28/12/2017	33,3333%
28/12/2018	33,3334%

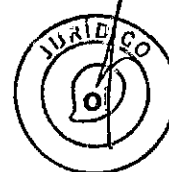
3.2.4. Alterar a Cláusula 6.12.3 da Escritura de Emissão para determinar as datas de pagamento da Remuneração, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

“6.12.3. **Pagamento da Remuneração.** A Remuneração será paga semestralmente, ocorrendo o primeiro pagamento no 6º (sexto) mês contado da Data de Emissão e o último na Data de Vencimento, conforme tabela abaixo.

Datas de Pagamento da Remuneração
28/06/2012
28/12/2012
28/06/2013
28/12/2013
28/06/2014
28/12/2014
28/06/2015
28/12/2015
28/06/2016
28/12/2016
28/06/2017
28/12/2017
28/06/2018
28/12/2018

3.2.5. Alterar as Cláusulas 8.4.2, 8.4.3, 8.4.4, 8.4.5, 8.4.6, 8.4.7, 8.4.9, 8.4.10 e 8.4.11 da Escritura de Emissão, além de renumerar as Cláusulas 8.4.6. e 8.4.9 da Escritura de Emissão, para incluir as condições pactuadas entre a Emissora e o Agente Fiduciário, de modo que passam a vigorar com as seguintes novas redações:

“8.4.2. Adicional, no caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures, após a emissão ou da participação



em reuniões ou conferências telefônicas, serão devidas a Oliveira Trust, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) criação de garantias, conforme o caso; (ii) comparecimento em reuniões formais com a Companhia e/ou com os Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, sendo que os valores devidos serão pagos no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Companhia. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à criação e/ou alteração (i) das garantias; (ii) dos prazos de pagamento; e (iii) das condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados eventos reestruturação das Debêntures;

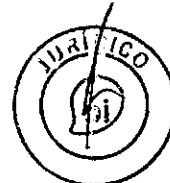
8.4.3. Adicional, no caso de celebração de aditamentos a esta Escritura de Emissão e a eventuais contratos de garantia que possam vir a ser celebrados futuramente, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações.

8.4.4. As parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IPCA ou, na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, desde a Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada pro rata temporis, se necessário.

8.4.5. O pagamento das parcelas de remuneração acima deverão ser feitos à Oliveira Trust, acrescidos dos valores relativos aos impostos: ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e IR (Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza), incluindo quaisquer outros tributos e despesas que porventura venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário.

8.4.6. A remuneração será devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Companhia, casos em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor da cláusula 8.4.1 acima, reajustado conforme a cláusula 8.4.4 acima.

8.4.7. A remuneração será acrescida, em caso de mora em seu pagamento,

de.
h

08 R

independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, de (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata temporis desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

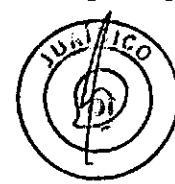
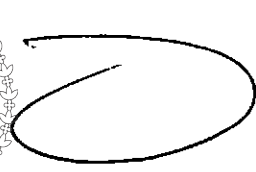
8.4.8. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento das obrigações da Companhia.

8.4.9. O Agente Fiduciário será reembolsado pela Companhia por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, incluindo, mas não se limitando, a despesas com viagens e estadias, extração de certidões, notificações, publicações em geral, despesas com especialistas e contratação de assessoria jurídica, sendo esta última limitada ao "cap" de R\$15.000,00 (quinze mil reais), sendo que, os reembolsos em valores superiores a este "cap" estarão sujeitos à prévia e expressa aprovação da Companhia.

8.4.10. Respeitado o prazo estabelecido na cláusula 8.4.12 abaixo, o Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das despesas a que se refere a cláusula 8.4.9 acima, por um período superior a 10 (dez) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos

Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação.

8.4.11. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger



all
h

09 H

direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista na cláusula 8.4.10. acima, será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.4.12. O pagamento da remuneração ao Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário no momento oportuno. Fica desde já estabelecido que a cobrança da remuneração será enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias da data estipulada para seu vencimento."

CLÁUSULA IV RATIFICAÇÕES

4.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura de Emissão e não expressamente alteradas por este Aditamento.

CLÁUSULA V DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 23 de dezembro de 2011

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome : BRASIL TELECOM S/A
Nire : 33.3.0029520-8
Protocolo : 00-2011/456699-2 - 26/12/2011
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM
E DATA ABAIXO.

05/01/2012. E O REGISTRO DO NÚMERO

ED33000294-1/001
DATA : 09/01/2012

Valéria G. M. Serra
SECRETARIA GERAL



00065959



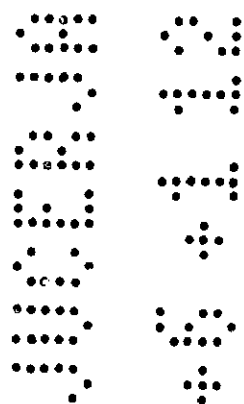
elo.
h

Página de Assinatura 1/3 do Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Oitava Emissão da Brasil Telecom S.A.

BRASIL TELECOM S.A.

Nome: _____
 Cargo: Bayard de Paoli Gontijo
 CPF: 023.693.697-28

Nome: _____
 Cargo: Flavio Nicolay Guimarães
 CPF: 176.094.188-38





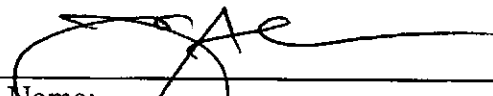
all

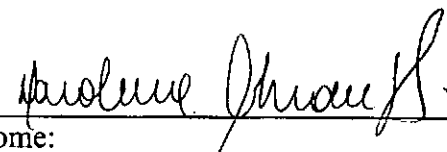


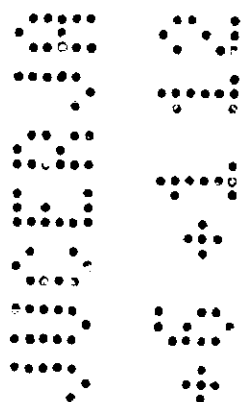
11 11

Página de Assinatura 2/3 do Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Oitava Emissão da Brasil Telecom S.A.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**


Nome: _____
Cargo: Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor


Nome: _____
Cargo: MARIA CAROLINA VIEIRA ABRANTES
PROCURADORA



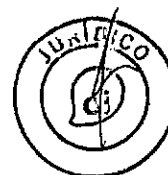
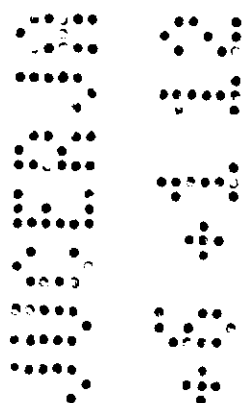
1

Página de Assinatura 3/3 do Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Oitava Emissão da Brasil Telecom S.A.

Testemunhas

Nome: Rodolfo M. G. Leite
 CPF: 055.098.927-73
 RG: 11669067-8

Nome: Pedro de Andrade França
 CPF: 057.877.067-70
 RG: 20.814.627-2



Mc



13 R

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Rua General Polidoro, 99, inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.118/0001-79, neste ato devidamente representada na forma de seu estatuto social, por seus Diretores **Francisco Tosta Valim Filho**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de Identidade nº 1006855272, expedida pelo SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 355.827.150-53 e **Alex Waldemar Zornig**, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade nº 9415053, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 919.584.158-04, ambos com endereço na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Rua Humberto de Campos, nº 425 / 8º andar - Leblon.

OUTORGADOS: GRUPO A: 1) Alex Waldemar Zornig, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade nº 9415053, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 919.584.158-04; **2) Bayard de Paoli Gontijo**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 08.424.929-1 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 023.693.697/28; **3) Flavio Nicolay Guimarães**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 21.448.384-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 176.094.188-38; **4) Liége de Souza Lima Casqueiro**, brasileira, casada, administradora, portadora da carteira de identidade nº 009.728.679-3 Detran/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 042.977.037-50. **GRUPO B: 1) Ana Carolina Gava Lima da Silveira**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 09.458.657-5 Detran/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 021.132.077-37; todos residentes e domiciliados na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na rua Humberto de Campos, 425, Leblon, Rio de Janeiro/RJ.

PODERES: 1) Representar a Outorgante, junto a instituições financeiras, sempre em conjunto de 2(dois), independente do **GRUPO**, podendo: **(a)** Realizar abertura, movimentação e encerramento de conta-corrente, efetuar transferências de recursos entre contas-correntes, inclusive para contas-correntes de outras instituições; **(b)** Requisitar, emitir, assinar e endossar cheques, ordens de pagamento e "Borderôs"; **(c)** Realizar pagamentos e transferências via internet, "home banking" e meios eletrônicos; **(d)** Designar, substituir e cancelar nomes dentre os indicados especificamente para realizar consultas bancárias, alterações em documentos de cobrança e entregar ou retirar dispositivos eletrônicos diretamente na instituição financeira ou em sua agência, **(e)** Assinar, firmar, receber e dar quitação à contratos de câmbio, de fiança, de cessão fiduciária, de aplicações financeiras, de captação de recursos no Brasil e no exterior, assim como contrair e assinar contratos de empréstimos em nome da Outorgante, podendo constituir garantia real e/ou fidejussória, na forma prevista no estatuto social; **(f)** Contratar operações de mútuos, efetuar compra e venda e cessão de ativos financeiros bem como receber e dar quitação aos mesmos; **(g)** Assinar, firmar, receber e dar quitação aos contratos comerciais e de



00065959

Observações (Ordens Judiciais):

Número: XXX Data: xx/xx/xxxx

Data: xx/xx/xxxx

Protocollo: XX-XXXX/XXXXXX-X

[illegible]

00065959